

HANNAH ARENDT: VISÃO POLÍTICA E SISTEMAS TOTALITÁRIOS

Ivan Alves da Silva

Palavras-chave: Hannah Arendt; Política; Totalitarismo; Filosofia; Liberdade.

Introdução

O desenrolar da história humana nos conduziu a uma série de transformações diversas e complexas de se interpretar. O aprimoramento tecnológico, a mudança veloz das gerações e um fluxo interminável de informações, aliados a tantos outros fatores, modificaram completamente o modo de vida da sociedade. O homem cruzou as barreiras mais fundamentais das coisas que o cercam. Vivemos sob holofotes ligados a todo instante iluminando o que fazemos, é uma sociedade do espetáculo. Parece que não restaram questões intrigantes e desafiadoras, pois para o homem tudo passou a ser dispensável. A sensação, na maioria das pessoas, é de que o mundo mergulhou em um dos círculos do inferno de Dante e que tudo no que se acreditava antes está agora falido e sem credibilidade.

O século XX foi um período de intensos avanços e conflitos. Nele vimos os mais diversos melhoramentos da técnica e da ciência, mas, ao mesmo tempo as mais variadas atrocidades cometidas pelos homens. A segunda guerra mundial (1939-1945) provou de uma vez por todas que, não somente países ou estados, mas o mundo inteiro corria perigo. O fim da guerra foi marcado pelo uso em primeira mão da bomba atômica, a partir daí o mundo dividido entre comunismo e capitalismo assistiu o crescimento de enormes arsenais atômicos. É neste século tão conflituoso que se insere o pensamento de Hannah Arendt (1906-1975), testemunha do nascimento e crescimento do monstro totalitário presente na Alemanha nazista e no estado stalinista da União Soviética. A filósofa alemã conseguiu tecer uma análise extremamente lúcida e acertada a respeito dos acontecimentos de seu tempo.

Neste contexto de profundas mudanças e de constante instabilidade, faz-se necessário pensar os rumos da sociedade. É cada vez maior o número de pessoas que simplesmente se ausentam de questões fundamentais da vida cotidiana, à primeira vista, tem-se a sensação de que elas perderam suas convicções. A sociedade está cada vez mais massificada, é comum a crença de que a democracia e a política, asseguradas a nós

por anos de lutas e conquistas, perderam a relevância. Identifica-se cada vez mais a política como antro de mentiras e de ladroagem.

O homem está sozinho diante da imensidão do mundo, e nada lhe resta a não ser descartar tudo que já foi construído, pois agora tudo se mostra corrompido. Essa inquietação ininterrupta de nossos dias é para muitos, desesperadora, a descrença nas instituições e a indiferença política fazem cada vez mais vítimas que acreditam ajudar a melhorar as coisas por se afastarem da vida ativa.

Podemos superar as tantas crises da nossa sociedade e da própria condição humana? Existe “salvação” para nossas instituições? O rompimento causado pelo totalitarismo trouxe indagações profundas a toda a vida humana, mas especialmente a política, como acreditar em algo que permitiu que semelhante atrocidade acontecesse sem sequer manifestar? Como a política pode ser relevante se o homem se deparou com atrocidades inenarráveis? Se pensarmos em nossos dias e em nosso contexto brasileiro podemos nos questionar: Como se interessar por política se ela está coberta de injustiças e dominada por homens corruptos?

1. A política na visão de Hannah Arendt

Dentre as características que podemos elencar como próprias da condição humana, em uma visão arendtiana, uma das mais fundamentais é a capacidade de viver em sociedade. Somente a humanidade é capaz de articular certas relações dentro da sociedade que ultrapassam o instinto. Uma destas relações, talvez a mais bela e mais humana propriamente dita, é a política. A prática denominada política é exercida dentro de um fator crucial para cada indivíduo e para a sociedade em geral, a esse fator denominamos liberdade. É na liberdade que se pautam as ações legitimamente humanas. Ao tratar de política, a filósofa Hannah Arendt nos oferece um entendimento seu sobre a natureza e o sentido desta ação humana, seus medos e esperanças em relação à ação política.

Na coletânea de fragmentos intitulada *O que é política*, Hannah Arendt coloca como primeira afirmação: “A política baseia-se na pluralidade dos homens.” (ARENDR, 2002, p. 21). Podemos entender que a base de tudo que se entende por política está apoiada na pluralidade, na diversidade, a construção de cada relação que os homens vivenciam depende da diferença entre eles, uma vez que o entendimento de sociedade gravita em torno da diferença dos sujeitos. Arendt, por ter conhecido a prática nazista e os outros movimentos políticos na Europa da 2ª guerra, irá se apropriar do conceito de

pluralidade e da liberdade, como um resgate ao sentido da política eliminado pelo totalitarismo, cujo objetivo era a aniquilação das diferenças próprias da condição humana. Arendt fundamenta nas relações familiares o cerne das relações políticas, inclusive pela convivência com as diferenças, no seu entendimento do papel da família, a formação do sujeito político é bem peculiar:

[...] Sob o ponto de vista prático-político, a família ganha sua importância inquestionável, porque o mundo assim está organizado, porque nele não há nenhum abrigo para o indivíduo.... As famílias são fundadas como abrigos e castelos sólidos num mundo inóspito e estranho. (ARENDR, 2002, p. 22).

Talvez essa concepção esteja arquitetada em uma ideia muito anterior à própria Arendt, algo defendido por Hobbes. Seria o que podemos denominar “convivência conveniente”, ou seja, o papel familiar é algo muito mais ligado à necessidade de conforto do que a natureza, inclusive o próprio Hobbes defende que não há nada de essencial na prática política, a seu exemplo Arendt defende que o ser humano não é um ser por natureza político. “A política surge no entre-os-homens, portanto totalmente fora dos homens [...] Hobbes compreendeu isso.” (ARENDR, 2002, p. 23). Essa afirmação é uma clara refutação da máxima aristotélica “*Zoon politikon*”, no homem, afirma Arendt, não há nada naturalmente político, essa relação nasce da conveniência que é viver em sociedade. Um outro argumento para a mesma questão:

A concepção monoteísta de Deus, em cuja imagem o homem deve ter sido criado. Daí só pode haver O homem, e os homens tornaram-se sua repetição mais ou menos bem sucedida... É a rebelião de todos contra todos os outros, odiados porque existem sem sentido – sem sentido exclusivamente para o homem criado a imagem da solidão de Deus. (ARENDR, 2002, p. 23).

No primeiro argumento apresentado, sobre a refutação da tese aristotélica, encontramos o que liga toda a reflexão inicial ao conceito de política em Arendt, ora, se o homem não é um ser naturalmente político, e ela defende a máxima de Hobbes¹, então quer dizer que no seu entendimento, para viver em sociedade, o ser humano faz concessões de sua plena liberdade, podemos indagar, então, se para defender essa sociedade criada e não natural as pessoas não estariam dispostas a entregar nas mãos de um suposto salvador toda a sua liberdade e não apenas parte dela.

¹ *State of nature as a war of all against all.* (Estado de natureza, como uma guerra de todos contra todos)

1.2 Filosofia e Política²

Certamente, uma das coisas mais interessantes observadas por Arendt a respeito das aberrações impetradas pelo nazismo seja o fato de que a Alemanha possui uma tradição filosófica sólida e muito desenvolvida, então, como a barbárie conseguiu usurpar a razão? Para responder à semelhante questão ela parte da ideia de que:

O abismo entre filosofia e política abriu-se historicamente com o julgamento e a condenação de Sócrates, que constituem um momento decisivo na história do pensamento político, assim como o julgamento e a condenação de Jesus constituem um marco na história da religião. Nossa tradição de pensamento político teve início quando a morte de Sócrates fez Platão desencantar-se com a vida na polis [...] (ARENDR, 2002, p. 91).

Com essa afirmação, Arendt situa o início da problematização entre filosofia e política no berço onde as duas nasceram. O problema todo, segundo a filósofa, começa quando Platão associa a ideia de uma comunidade de governantes justa a sua teoria das formas. A expressão máxima desta problemática encontramos na obra *A República*³, segundo Platão o único realmente capaz de governar é aquele que consegue ultrapassar os limites impostos pelo mundo sensível, ou seja, o filósofo, só ele pode compreender as ideias eternas de bondade e justiça, os homens comuns não podem chegar a essa concepção verdadeira da bondade e da justiça, uma vez que estão limitados a manifestações imperfeitas daquilo que de fato é bom.

Segundo Arendt, esse é justamente o problema, caso haja um filósofo para governar este deve partir de uma ideia pré-concebida, ou seja, fundamentar-se em uma ideia sequer vivida ou entendida pelo povo sob o qual deve governar. Partindo dessas premissas básicas de Platão, Hannah Arendt chega à conclusão que a tradição platônica quer entender a política como algo universal. Desta conclusão surge outro problema, se a ideia de política é universal e eterna, e somente o filósofo pode chegar a conhecer o absolutamente verdadeiro do mundo das ideias, logo toda a política “vai ser concebida unicamente pelo ponto de vista do filósofo governante, assim exclui-se o povo.” (FRY, 2009, p. 61). Desta forma, Platão pretende chegar a colocar frente a frente à opinião

² Este é o título de um texto produzido para uma conferência realizada por Hannah Arendt em 1954 na Notre Dame University, o título geral da conferência foi “The problem of action and Thought after the french revolution”

³ Em “A República” Platão busca uma fórmula que garanta harmonia na vida e administração de uma cidade. A fundamentação basilar para essa obra é a ideia de que o governo deveria ficar nas mãos dos filósofos, únicos capazes de governar com verdadeira justiça pois somente o filósofo tem acesso ao mundo verdadeiro e eterno. Nesta cidade cada pessoa deveria estar encaixada em uma classe que corresponda com sua aptidão, havendo artesãos, soldados e governantes.

(*doxa*) e a verdade (*Alétheia*), segundo ele se o povo ateniense conhecesse a verdade não teria condenado Sócrates, como todos se basearam por julgamentos subjetivos emanados da opinião, então, cometeram uma injustiça.

Arendt descreve a reação de Platão à execução de seu mentor como desespero e insatisfação com a política, porque Sócrates fora incapaz de convencer e persuadir os cidadãos atenienses da verdade de sua inocência. Do ponto de vista de Platão, se os atenienses tivessem compreendido a 'verdade', eles não teriam executado Sócrates. (FRY, 2009, p. 60).

Ao apontar a ideia do filósofo rei, segundo Arendt, Platão esquece duas coisas fundamentais, a primeira delas é que a existência do rei filósofo é equivalente a guiar a política sob o ponto de vista apenas de um indivíduo, que seria neste caso o próprio governante. A segunda é que ele ignorou a possibilidade de que o filósofo não está isento de se tornar um inútil, ainda que ele esteja na busca pelas coisas eternas. A razão, ou a busca da razão, não torna a pessoa que a tem mais nobre, nem necessariamente mais justa, afinal, o saber pode ser usado de forma negativa sobre as pessoas.

[...] sustentou (Platão) que as coisas eternas eram ainda mais 'valiosas' do que belas. Quando, em resposta a Protágoras, Platão diz que a medida de todas as coisas humanas não é o homem, mas um deus, está apenas nos dando uma outra versão da mesma afirmação. (ARENDR 2002, p. 91).

Essa crítica a respeito das limitações impostas por Platão à política é o ponto de partida de uma longa argumentação para se chegar a uma ideia fundamental, a da pluralidade das pessoas, um fator primordial para a autora. Especificamente, no caso de Platão, seu entendimento é que quando o governante recorre a uma ideia tida como eterna e imutável, ou seja, pré-estabelecida, ele ignora a particularidade do grupo sobre o qual deve governar, e mais ainda, esquece da singularidade de cada pessoa. Por isso, ela simplesmente não consegue aceitar a ideia de que só aquele que é filósofo pode governar, justamente por este postulado ser apoiado no pensamento de que a razão pela qual o filósofo seria justo é exatamente sua capacidade de contemplar uma coisa eterna e perfeita.

Por fim, a crítica de Arendt pretende deslocar o eixo da teoria política e afirmar que a política não deve se apoiar na vida do filósofo, tão pouco na crença da capacidade total deste governar, mas, devemos voltar nosso olhar para a vida ativa⁴ das pessoas, o

⁴ Arendt divide a atividade dos homens em três categorias: o labor, o trabalho e a ação, sendo que tanto labor quanto trabalho acontecem no âmbito privado da vida, já a política acontece no meio público. Essas

lugar onde se manifesta as diferenças, onde é concretizada a pluralidade. A filosofia política deve entender que o milagre da ação é concretizado na diferença dos sujeitos que formam uma sociedade.

1.3 O sentido da política: a liberdade

O sentido da política já possuía muitas definições quando Hannah Arendt iniciou sua atividade como pensadora, contudo, ela apoia sua tese sobre o real sentido desta atividade em uma ideia muito interessante:

Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade. (ARENDR, 2002, p. 38).

Partindo desta definição bem acertada, a filósofa vai problematizar sobre o sentido da pergunta sobre o sentido da política em si. Segundo ela, não se trata mais de uma questão sobre a essência da política, sua função íntima, mas trata-se de uma pergunta nascida de experiências muito mais concretas que a ideia de uma essência política, o questionamento não nasce de uma reflexão sobre algo teorizado, mas é alicerçado em todas as situações vividas com a política de seu tempo:

A pergunta atual surge a partir de experiências bem reais que se teve com a política, ela se inflama com a desgraça que a política causou em nosso século, e na maior desgraça que ameaça resultar delas. Por conseguinte, a pergunta é muito mais radical, muito mais agressiva, muito mais desesperada: tem a política algum sentido ainda? (ARENDR, 2002, p. 38).

Arendt insiste que nesta pergunta sobre o sentido da política mesclam-se dois elementos distintos entre si. Um deles é a experiência vivida com a ascensão dos estados totalitários “a maior desgraça que nasceu da política” onde o homem tinha sua vida inteiramente politizada, o resultado deste movimento seria a inexistência da liberdade. Articulado a primeira definição de sentido da política como liberdade podemos nos questionar se uma é compatível com a outra, ou se a liberdade começa quando se tem fim a política. A evolução da história humana fez com que estas duas gêmeas se separassem de tal forma que para falar de uma é necessário colocar a outra

atividades da vida ativa estão relacionadas diretamente com as condições de vida humana que são a natalidade e a mortalidade.

totalmente de lado, diferentemente da postura dos antigos gregos que se pautava na crença de uma semelhança quase que total entre uma coisa e outra.

O segundo elemento apresentado baseia-se em um medo descrito como “modernas possibilidades de destruição — cujo monopólio os Estados detêm; sem esse monopólio, jamais teriam chegado a se desenvolver — e que só podem ser empregadas dentro do âmbito político.” (ARENDDT, 2002, p. 39). Essa reflexão, certamente, está pautada na monstruosa capacidade de destruição vista no fim da segunda guerra com o uso da bomba atômica. A filósofa entende que a discussão em torno do sentido, ou da razão da política, interferem para muito além do âmbito da vida dos seres humanos que engendram os conchavos políticos, isso interfere em toda a humanidade, aliás, na continuidade ou não de toda a vida orgânica na terra. Continua Arendt:

O que está em jogo aqui não é apenas a liberdade, mas sim a vida, a continuidade da existência da Humanidade e talvez de toda a vida orgânica da Terra. A pergunta de agora torna duvidosa toda a política; faz parecer discutível nas condições modernas se a política e a conservação da vida são compatíveis entre si, e espera, sub-repticiamente que os homens tenham juízo e de alguma maneira consigam abolir a política antes de sucumbir por causa dela. (ARENDDT, 2002, p. 39).

Essas duas questões são, para Arendt, as que pautam qualquer discussão sobre o sentido da política em nossos tempos, ignorá-las é como não viver. Porém, existe uma confusão naquilo que se entende como a coisa política, visto que, na antiguidade ela estava muito mais ligada, para não dizer totalmente junta, do que se entendia como liberdade, já para nossa realidade as coisas foram modificadas. O entendimento do sentido da política está mais ligado a uma ideia de prover o que precisa a sociedade do que propriamente dita a liberdade, havendo até grupos que entendam que a liberdade só pode ser alcançada com a extinção das relações políticas: “Os antigos compreendiam que viver em uma Polis e ser livre eram a mesma coisa. Arendt afirma que esse caráter de liberdade foi o conceito que sobreviveu a história e a todas as mudanças acontecidas.” (FRY, 2009, p. 58).

O sentido próprio da política é a liberdade, mas a própria política pode ser corrompida de alguma forma. Hoje sabemos que mais do que nunca é importante levar em conta a pluralidade das pessoas, apesar de vivermos em um mundo que aparentemente respeita a pluralidade, ainda existe um forte desejo de alguns de viverem em uma ditadura do igual, baseada em suas próprias ideias e conceitos a respeito do

mundo, da vida e das coisas. Se a política é pluralidade, também é liberdade, pois só se respeitam plenamente as diferenças em uma sociedade livre. As concepções de Arendt deixam claro que o âmbito político não interfere apenas na vida humana, mas agora com as modernas técnicas de destruição as relações políticas passam a interferir em toda a vida existente na terra.

E aqui podemos fazer algumas indagações, poderia a política ser corrompida por algum sistema ou pessoa? Se a política visa liberdade então como se vive a política em uma sociedade dominada por uma estrutura totalitária? A política zela por aquilo que é seu sentido, como, pois, ela permitiu que as atrocidades totalitárias fossem concretizadas? Ao aprofundarmos nossa observação no pensamento de Arendt, descobrimos que ela vai além de definir política e de expressar o sentido da mesma, mas ela consegue descrever de forma clara e lucida os limites da própria política e descrever o nascimento do monstro novo chamado estado totalitário.

2. O totalitarismo

O ponto de partida de Hannah Arendt para examinar o fenômeno totalitário é a ideia da sociedade de massas ou sociedade sem classes. Se a massificação da sociedade é verificada, então de imediato vemos a dissolução da ideia da política como pluralidade. A advertência de Arendt logo no início do terceiro capítulo de *Origens do Totalitarismo* é clara “os regimes totalitários, enquanto no poder, e os líderes totalitários, enquanto vivos, sempre ‘comandam e baseiam-se no apoio das massas’.” (ARENDR, 1989, p. 356).

Essa observação da autora é para deixar bem explícito que um dos fatores fundamentais para o totalitarismo existir é a transformação da sociedade em massa, um bloco acéfalo, cego, mas que imagina o líder como parte de si e se acha inteiramente consciente, as massas são jogadas na alucinação, sem elas o líder não consegue atingir seus objetivos, ela é que fornece legitimidade ao líder para agir em nome e pela ideologia.

O totalitarismo dá as massas um inimigo comum, promove sua organização e destrói o pensamento individual dos sujeitos sobre como se deve proceder em situações de interesse público. É inegável que os grupos políticos como um todo necessitam da força numérica de seus adeptos, mas em relação ao movimento totalitário a questão é muito mais grave, existe uma situação de dependência criada pelo líder, ele precisa das

massas, mas a alucinação criada é tão forte que a sensação final é de que as massas necessitam dele, ele se torna assim a cabeça de um corpo que, na prática, não pensa.

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. (ARENDDT, 1989, p. 361).

A aplicação do termo *massa* em Arendt se refere a pessoas que em face do seu número ou da sua falta de interesse não compõem uma organização em classes e tão pouco é capaz de agir por si, mas sempre busca se orientar pela necessidade entorpecente de um líder que os guie e apague qualquer responsabilidade, tal ação pode ser consciente ou não.

Em um mundo pós-guerra, é difícil imaginar que o governo totalitário seja algo inteiramente novo, pode-se pensar que ele é apenas mais uma manifestação de um tipo de tirania. Arendt rebate essa proposta enumerando algumas diferenças entre as tiranias clássicas e os regimes totalitários. Podemos dizer que a razão da invasão de territórios tem motivação distinta em uma tirania e no totalitarismo. Na tirania, quando o déspota ordena a invasão existe uma motivação material, adquirir riquezas e bens são a principal, enquanto que no totalitarismo, o motivo principal da invasão é a promoção da ideologia⁵:

A primeira diferença entre totalitarismo e tirania é que as tiranias políticas típicas invadem outros países a fim de obter bens materiais e terra para aumentar o poder do governante tirano[...] No caso do totalitarismo, a invasão se dá principalmente a fim de promover a ideologia do regime, mas do que o ganho pessoal do governante. (FRY, 2009, p. 31).

Essa primeira diferença é perceptível em todos os lugares invadidos pelo nazismo, uma vez que sempre existe uma pressa em instalar campos de concentração e de identificar os judeus e outros grupos vistos como inferiores que residam no local. Assim, podemos notar que a própria ideia de “guerra lucrativa” não está em primeiro lugar nestes regimes, mas se for preciso assumir situações de risco econômico para promover a ideologia, o líder assumirá tal atitude. A força de trabalho dos judeus nos campos de concentração poderia ser usada para melhorar a produção alemã, mas a ideia

⁵ Na visão de Arendt ideologia é exatamente o que afirma o próprio termo, ou seja, a lógica de uma ideia. É um movimento interno, sem confrontação com o gancho exterior, com os fatos ou acontecimentos. Assim na ideologia o importante não é a ideia, mas a capacidade de isolar as pessoas da realidade e criar um mundo em guerra a parte, onde se tem um inimigo em comum e um destino glorioso.

de que o judeu e outros povos devem ser exterminados não permite que a lógica da matemática financeira chegue até os membros do governo nazista.

Os campos de concentração “são a instituição que caracteriza mais especificamente o governo totalitário.” (SOUKY, 2006, p. 55), por isso neles podemos contemplar o quão é extravagante em maldade a ideologia totalitária, ali se reduz os seres humanos ao nada, ainda mais que isso, no campo de concentração a linha entre vítima e algoz é cruzada ao forçar alguns judeus a trabalharem como executores das horrendas ordens. A função do campo é atingir um nível muito profundo do homem. A própria Arendt observa isso:

A experiência dos campos de concentração demonstra realmente que os seres humanos podem transformar-se em espécimes do animal humano, e que a “natureza” do homem só é “humana” na medida em que dá ao homem a possibilidade de tornar-se algo eminentemente não-natural, isto é, um homem. (ARENDR, 1989, p. 506).

Embora haja um objetivo macabro nos campos de concentração e esse objetivo vise afetar a condição humana, é preciso também dizer que do ponto de vista da utilidade, tal experimento simplesmente não tem nenhum valor, ele demonstra unicamente a necessidade de espalhar a ideologia racial do nazismo. Esse “desespero” para promover a ideologia é parte fundamental do totalitarismo, pois este procura criar uma ideia de que o mundo está dividido em duas forças hostis, cada cidadão é responsável por essa luta e ela deve ser levada a todos os lugares possíveis, pois somente assim o inimigo pode ser derrotado. Portanto, se pudéssemos falar em um hipotético objetivo dos campos de concentração, poderíamos dizer que eles visam minar a individualidade de cada pessoa e transformá-las em massa de onde é impossível erguer-se qualquer resistência, ou seja, um laboratório para o terror.

A diferença radical nesse aspecto é que as ambições das tiranias, mesmo das nações imperialistas, visam quase sempre a busca por aumentar o poderio do tirano uma vez que os interesses nacionais devem ser sempre respeitados, já o totalitarismo ambiciona promover uma “guerra” contra um inimigo criado, sua intenção é sempre a de propagar a ideologia e conseguir adeptos, por isso toda vez que o reich invadia um país havia uma pressa para identificar os judeus e as raças “inferiores” e logo tratar de erguer campos para os mesmos. A máquina doentia da ideologia tem pressa.

Talvez a questão-chave que diferencie o totalitarismo das formas típicas de tiranias é o uso do terror. É bem verdade que tanto as tiranias quanto o totalitarismo usam o terror como instrumento, mas o que muda é a forma de uso.

[...] as tiranias usam o terror como meio para um fim em vistas a amedrontar os oponentes e suprimir dissensões. As ideologias totalitárias usam o terror de forma muito mais abrangente, para dominar massas de pessoas que sejam perfeitamente obedientes ao Estado, independentemente de se os indivíduos sejam, na verdade, inimigos públicos do governo. (FRY, 2009, p. 33).

É facilmente observado que em governos tiranos aqueles que são identificados como inimigos do Estado são punidos cruelmente, principalmente para que a punição desanime qualquer outro que pense diferente do tirano. Essa utilização foi feita amplamente ao longo do tempo. Mas, o totalitarismo muda esse jogo, os que são punidos não precisam ter o “crime” confirmado, basta que sejam declarados inaptos para a vida pelo líder totalitário e isso já é motivo suficiente para destruir qualquer um. Todavia, o objetivo dos governos tirânicos ao se utilizarem do terror, entendido aqui como tortura, prisões, confiscos, é sempre criar uma paz silenciosa, para que ninguém ouse levantar-se contra o governo, já no totalitarismo não há justificativa clara para o emprego de tais coisas. Podemos afirmar, então, que as duas pilastras de sustentação do totalitarismo seriam o terror e a ideologia, um a serviço do outro em um círculo vicioso e infernal.

[...] enquanto a ilegalidade é a essência do governo tirânico, o terror é a própria essência do domínio totalitário. Tal regime não abole somente a liberdade pública, mas visa a eliminação total da espontaneidade nela mesma e, contrariamente à tirania que autoriza ainda a ação motivada pela crença, o totalitarismo consegue suprimir toda a ação. (SOUKI, 2006, p. 54).

O funcionamento do estado totalitário se orienta para a criação de um constante desconfiar de tudo e todos. Por isso, a necessidade de uma alucinação que retire as pessoas de seu senso normal, o fato deste tipo de movimento político dar às pessoas comuns um inimigo imaginário é proporcionado pela perda de correspondência com o mundo real. De repente, todos podem ser inimigos, a “batalha” para promover a ideologia é levada para um nível muito mais pessoal. Hannah Arendt postula que todas as relações, inclusive as familiares, estão pautadas em um sentimento constante de desconfiança e medo coletivo, é criada uma atmosfera de paranoia, onde o “inimigo” pode estar em qualquer lugar, inclusive em casa. Diante disso, o mais preocupante é que

a soma maioria dos sujeitos teme mais ficar de fora do movimento do que praticar os crimes que são pregados amplamente.

Para Arendt, o que é ainda mais perigoso acerca da suspeita que pervaga a comunidade é que os cidadãos temem mais deixar o movimento do que serem considerados responsáveis pelos crimes que eles cometem em nome do movimento. (FRY, 2009, p. 34).

Diante desta situação, a moral individual dos sujeitos fica completamente à mercê dos fetiches do movimento, afinal, o sujeito todo é uma marionete do líder e dos “iniciados”. O que fica explicitado é que o regime totalitário não busca que o mundo exterior seja mudado, não tem uma pretensão de que a sociedade mude de forma a perder costumes e adotar práticas novas, mas parece que sua intenção é sempre de transformar a condição humana, de tocar naquilo que é mais íntimo dos homens. No entanto, toda a situação de terror propagado e a própria prática de difusão da ideologia só são possíveis graças à figura do líder e o papel decisivo da propaganda, juntos, líder e instrumentos de difusão da ideologia, conseguem anestesiar toda uma sociedade.

A propaganda tem por dever reforçar a ideologia, não importa se os membros acreditam ou não na propaganda, a eficácia dela é verificada por sua capacidade de retirar da realidade as pessoas, uma vez ausentes do mundo concreto, elas não podem contrapor os ideais do movimento e, portanto, ficam incapazes de discernir o que se passa. O líder é a única ponte que resta, ele, e unicamente ele, é capaz de interpretar a realidade e o mundo exterior, sua ótica toca a visão de todos os que estão ao seu alcance, assim tudo que se sabe sobre a realidade vem previamente maculado pela ideologia. Para exemplificar toda a máquina, Arendt se utiliza da imagem da cebola e suas várias camadas, isso é uma forma de proteção para que o líder consiga poder total sobre a sociedade massificada.

Devido ao fato de o líder do partido estar protegido pelas camadas - semelhantes às das cebolas - da burocracia e da administração, o regime totalitário produz seu próprio mundo protegido, que jamais necessita lidar com o que existe fora da cebola e não dispõe de nenhum meio para defrontar os fatos com o que as camadas da burocracia estão produzindo. (FRY, 2009, p. 34).

Esse recurso protege o governante inteiramente e concede ao mesmo uma posição única, só ele pode agir como intérprete do mundo e das coisas. Tal situação desesperadora e apavorante vai desembocar no nascimento de um novo tipo de criminoso, alguém extremamente eficiente e desconcertantemente comum, um

criminoso “profissional” e totalmente comprometido com seus deveres de cidadão, Arendt chega à concepção de “banalidade do mal”.

Considerações finais

Quando recorremos ao estudo da filosofia ou da história para tentarmos evocar lições, sempre podemos nos deparar com a pergunta: “ainda é válido basear-se em uma análise tecida em um outro tempo?” é preciso dizer que, feitas as devidas ressalvas e as necessárias observações, sim, a leitura feita por Hannah Arendt é extremamente atual, especialmente por vivermos em uma sociedade imersa em questões desafiadoras que tocam a política e a vida cotidiana.

Parece ser redundante defender que a política deve ser baseada na pluralidade, a sensação que temos é de que o mundo vive sempre na marcha do pluralismo, sempre mais aberto a receber pensamentos diversos. Contudo essa sensação não deve nos acomodar, pois ela não passa disso, de uma sensação; a verdade é que costumeiramente nos deparamos com o pensamento de que a política é a aceitação silenciosa de uma ditadura da maioria, já vimos como as massas são perigosas, política não pode ser entendida como a vontade única das massas que esmagam as minorias, tão pouco devemos nos contentar com a ideia de que a política é um evento quadrienal onde homens disputam para “salvar a pátria” e nós, “seres políticos”, devemos tomar partido.

A política deve ser entendida como uma relação que brota do âmago da condição humana, ora, se brota das profundezas do que dá o tom ao ser humano, então também é nosso dever constante defender as relações políticas como fonte de progresso. A outra objeção a respeito da política poderia se dar em relação ao seu sentido, é preciso mais uma vez defender como uma declaração solene a ideia de Hannah Arendt de que o sentido da política é a liberdade, com efeito, consolidar a liberdade dos sujeitos é também um dever que beira a sacralidade da vida humana.

Como observamos a barbárie dos sistemas totalitários foi consumada pelo extermínio em massa de vidas humanas, mas o fenômeno totalitário também provou que é capaz de exterminar a lucidez de uma sociedade inteira, ainda que ela seja culta e bem instruída, mesmo assim é possível corromper toda uma estrutura e plantar o germe do totalitarismo.

Essa afirmação derradeira nos leva a nossa última provocação, que elementos podem contribuir para uma situação de completo deslocamento da realidade? O que produz uma alucinação coletiva tão forte a ponto de que os sujeitos abram mão da

capacidade de raciocinar? Dentre os muitos elementos que contribuem para a criação de uma alucinação coletiva podemos citar algo que é assustador, o culto à personalidade do líder totalitário, um culto tão forte que se assemelha as relações religiosas estabelecidas pelos homens. Mas esse culto não nasce do acaso ou da espontaneidade simples, ele é criado pela indústria de propaganda, pensemos no aparato desenvolvido pelo ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels (1897 – 1945) para criar um culto ilusório não apenas ao Estado, mas sobretudo a Hitler.

Para nossa sociedade extremamente conectada e cada vez mais acomodada a não reflexão, é mais que notório que a propaganda agora está sendo traduzida de formas cada vez mais desconectadas da realidade, para exemplificar esse fenômeno pensemos nas “fake news” que dominam o cenário das mídias digitais.

Finalmente, precisamos retirar de nossos jovens a preguiça intelectual, a apatia pelo mundo da política, é fundamental desarticularmos o raciocínio de que a política não vale nada, de que o melhor para os momentos de crise e incerteza, quando a corrupção e a desordem tomam conta dos noticiários, é se abster e recolher nossas ideias ao silêncio ilibado de nossa consciência, precisamos dizer sempre mais que se ausentar da vida política para evitar a corrupção é como tentar apagar um incêndio com gasolina, se as pessoas que possuem consciência crítica se ausentam das realidades políticas, então os outros, aqueles que estão dispostos a tudo pelo poder, vão tomar conta de todas as instâncias da sociedade.

É preciso evocar cautela, pois o monstro totalitário não dorme, ele apenas fecha um dos olhos para descansar, na intenção de que pensemos que caiu em um sono eterno, quando na verdade sequer é um cochilo.

Referências:

AGUIAR, Odílio. *“Filosofia e Política” no pensamento de Hannah Arendt*. Fortaleza: EdUFC, 2001.

ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. *Alienações do mundo: uma interpretação da obra de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: PUCRIO/Loyola, 2009.

ARENDR, Hannah. *“A dignidade da política”*. 3ª edição Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

_____. *“O que é a apolítica”* – Fragmentos das obras póstumas. Compilado por Ursula Ludz. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.

_____. “Entre o passado e o futuro”. 2ª Edição Editora Perspectiva, São Paulo, 1972.

_____. “As origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo”. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal”. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAGGIO, Antonio Maria. “Verdade e Política”. Trad. José Maria de Almeida. Revista ABBA, Volume III. 2000 N.2

FRY, Karin A. “Compreender Hannah Arendt”. Petrópolis, 2009.

OLIVEIRA, Luciano. “10 lições sobre Hannah Arendt”. 2ª edição Editoras Vozes, Petrópolis, 2013.

SOUKI, Nádía. “Hannah Arendt e a banalidade do mal”. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

PRINCIPE, Lawrence M. *The scientific revolution: A very Short Introduction*. New York. Oxford University press, 2011. Chapter 4 “New worlds and old worlds” p. 4 - 21

VICENTE, José João Neves Barbosa. *Revista “Ensaio Filosóficos”*, Volume VI – Rio de Janeiro, Outubro de 2012. pp. 144 - 156